



Desafiando as sombras: a morfogênese de duas favelas em Belo Horizonte, 1967-1982

Gisela Barcellos de Souza^a, Maria Manoela Gimmler Netto^b,
Gabriel Cordeiro^c e Letícia Rodrigues Sampaio Andrade^d

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Urbanismo (EA-URB/UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: giselabarcellos@ufmg.br

^b Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: manoelagimmler@gmail.com

^c Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura (EA/UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: gabriel.cordeiro.arq@gmail.com

^d Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura (EA/UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: leticiarsandrade@hotmail.com

Submetido em 15 de outubro de 2024. Aceito em 26 de dezembro de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i2.421>

Resumo. O presente artigo utiliza-se da leitura da morfogênese de duas grandes favelas de Belo Horizonte que surgiram entre 1967 e 1979 para desvelar indícios que possam permitir a compreensão das formas de organização que se estabeleceram para a concretização de novas ocupações durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Analisam-se dois casos distintos: a Vila Cemig, cuja ocupação inicial dá-se no final da década de 1960, em gleba de 18 hectares que pertencia à Fundação Tiradentes (Polícia Militar), e a Vila Cafezal, que surge após 1972 em terreno de 17 hectares remanescente da antiga Colônia Agrícola Bias Fortes. A abordagem do artigo considera a morfogênese tanto no concernente à constituição do tecido urbano – rotas matrizes, planejadas e de conexão – quanto no que se refere à sua relação com a estrutura fundiária e a estrutura urbana de modo geral. Conclui-se que ambas revelam indícios de diferentes formas de associativismo e de organizações populares que conseguiram transcender a repressão militar e as políticas de desfavelamento.

Palavras-chave. morfogênese, favelas, tecidos informais, ocupações organizadas, história urbana

Introdução

Os anos que precederam o Golpe Militar no Brasil foram marcados por um intenso debate sobre as favelas em Belo Horizonte. Desde o início dos anos 1950, a cidade testemunhava um número crescente de União de Defesa Coletivas (UDC), organizações de favelados contra despejos e por melhorias urbanas que se multiplicaram a partir da experiência precedente na Vila Marmiteiros¹. Entre os anos 1959 e 1964,

constituiu-se também a Federação dos Trabalhadores Favelados (FTFBH) que reuniu cinquenta e cinco UDCs em uma estrutura federada que lhes permitia maior representatividade junto às instâncias administrativas (Oliveira, 2014).

A FTFBH foi extremamente presente na esfera pública. Para além de assessorar juridicamente as UDCs, organizou manifestações e passeatas, manteve um semanário de circulação municipal,

nomeado O Barraco² e realizou em abril de 1962 o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados, que contou com mais de duas mil pessoas (Estado de Minas, 1962). Dentre os seus feitos mais polêmicos e notáveis, orquestrou – em conjunto com a colaboração de agentes diversos da esquerda católica, sindicalistas e comunistas – sete de ocupações simultâneas no vetor oeste de Belo Horizonte entre julho e outubro de 1963.

Sob a ditadura militar, contudo, essa federação tornou-se alvo de inquérito policial, suas lideranças foram perseguidas e presas (Oliveira, 2010). Por conseguinte, as grandes ocupações organizadas, que desafiaram os interesses imobiliários na cidade no ano que precedeu ao golpe, já não pareceriam plausíveis após a desarticulação da FTFBH e dos grupos e militantes políticos que a apoiavam.

O problema habitacional, no entanto, persistiu e a população favelada ampliou. Em 1966, um levantamento realizado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Cultura Popular indicava que havia 119.799 pessoas residentes em favelas em Belo Horizonte, representando 14,75% do total da população urbana. Não obstante as políticas e o aparato de desfavelamento do período militar, este número quase dobrou em quatorze anos, sendo estimado em 233.500 habitantes em favelas em 1980, correspondente a 13,2% da população de Belo Horizonte naquele ano (PLAMBEL, 1983a).

A despeito da repressão, o movimento dos favelados encontrou meios para sobreviver durante a ditadura. Em 1974, no ano em que Geisel esboça os primeiros passos no sentido de uma abertura política, a federação rearticulou-se sob o nome União dos Trabalhadores da Periferia, contando com lideranças que participaram do movimento precedente (Somarriba et al., 1984). A criação da Pastoral de Favelas em 1976 permitiu a proteção da Igreja a este movimento e articulou três congressos de favelados entre 1979 e 1982 (Capanni, 1990). Em 1980, a UTP já contava com a vinculação de cinquenta e três associações comunitárias em favelas (Jornal da Comunidade, 1980a).

Tal movimento acabou encontrando respaldo em estruturas de planejamento do Estado, o que permitiu a implantação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), em 1979, que executou, entre outros, obras de melhoramentos em dezesseis de favelas de Belo Horizonte (SPCG, 1982), e a aprovação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) em janeiro de 1983 – a primeira lei brasileira a propor o reconhecimento de assentamentos precários na lei de uso e ocupação do solo e sua regularização fundiária.

O presente artigo busca contribuir para o entendimento sobre como se constituíram os processos de ocupação entre 1964 e 1983, que desafiaram tanto as políticas de desfavelamento, como o aparato repressor aos movimentos sociais. Observa-se que há um acúmulo de trabalhos que abordam as políticas habitacionais implementadas em Belo Horizonte a partir do PROFAVELA, porém o lapso temporal entre este programa e o movimento dos favelados do início dos anos 1960 permanece inexplorado. O preenchimento desta lacuna não é, certamente, uma tarefa simples, menos ainda algo que possa ser esgotado no âmbito de uma única pesquisa. Por se tratar de uma população marginal, poucos testemunhos e registros históricos permitem a reconstrução de sua atuação neste período, de suas formas de atuação e de resistência. Nesse contexto, a análise e interpretação da formação do tecido urbano de vilas e favelas que surgiram neste período possibilita um dos rastros desta ação no território a explorar.

Tal qual o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), apoiamo-nos aqui na análise da morfologia urbana como testemunho material de um conjunto de transformações sociais, culturais e econômicas acumuladas ao longo do tempo que permite recuperar indícios e vestígios e, destarte, reconstruir parte desta narrativa. Em outras palavras, analisamos a forma urbana com o olhar de arqueólogo; para além de verificar as leis de formação dos tecidos (Caniggia e Maffei, 1995), buscamos, por meio de achados particulares ou de elementos que escapam à regra, especular a respeito das lógicas subjacentes à

conformação da forma urbana e sobre os agentes envolvidos em sua construção.

Analisaremos, em específico, a morfogênese do tecido urbano de duas favelas cujo processo de formação iniciou-se sob a ditadura: Vila Cemig, com ocupação inicial dá-se no final da década de 1960, em gleba de dezoito hectares pertencente à Fundação Tiradentes (Polícia Militar), e a Vila Cafezal, que surge após em meados dos anos 1970 em terreno de dezessete hectares remanescente da antiga Colônia Agrícola Bias Fortes. A escolha destes dois casos se deu pela existência de documentação a respeito delas no início dos anos 1980, visto que foram objeto das intervenções do PRODECOM (SPCG, 1982). Apoiar-nos-emos tanto na contextualização da inserção urbana destas favelas na estrutura fundiária e nos diferentes regimes de propriedade coexistentes (Bourillon e Jaquand, 2022), quanto na abordagem sistematizada por Caniggia e Maffei (1995) para compreender o processo de construção destes assentamentos desde sua formação inicial até os anos 1980. Segundo Muratori (1959), “a gênese de um tecido urbano se revela como função integrante do ambiente no qual está inserido” (1959, p.14). Neste sentido, a compreensão de sua formação é condicionada à sua contextualização no organismo urbano, que, por sua vez, só pode ser entendido sob a perspectiva histórica (Muratori, 1959). Ainda que o termo morfogênese não seja empregado por Muratori, empregamo-lo aqui considerando a revisão proposta por Castex (1995), que, ao atentar para as mudanças de significado, desaparecimentos e reconstruções da forma urbana, envolvendo diferentes agentes e práticas, afirmava: “Parece que devemos preferir o termo morfogênese (o estudo do processo de formação e transformação do espaço construído) ao invés de morfologia (estudo das formas). A morfogênese estuda um objeto em vias de modificação” (Castex, 1995, p.79).

Em sua condição de escala intermediária nos quatro níveis de análise propostos por Caniggia e Maffei, o tecido urbano é definido como “regra de coexistência entre vários edifícios, presente na mente de quem constrói nele antes da ação de construir, [...] como produto cultural da experiência de

reunir vários edifícios e síntese de qualquer aspecto que afete a união entre estes (1995, p. 80). Nesse contexto, a análise do tecido a partir de rotas de formação, permite situar o traçado no tempo, especular sobre suas temporalidades, os agentes e os condicionantes envolvidos em sua formação. Utilizamos, portanto, a distinção proposta pela escola de morfologia italiana entre rotas matrizes (percurso anterior que induz o processo de ocupação em núcleos urbanos), planejadas (trajetos construídos para implantação de edificações), de conexão (união de rotas planejadas) e de reestruturação – construída em momento posterior para “união direta entre polaridades anteriores ou adicionadas” (Caniggia e Maffei, 1995, p.91).

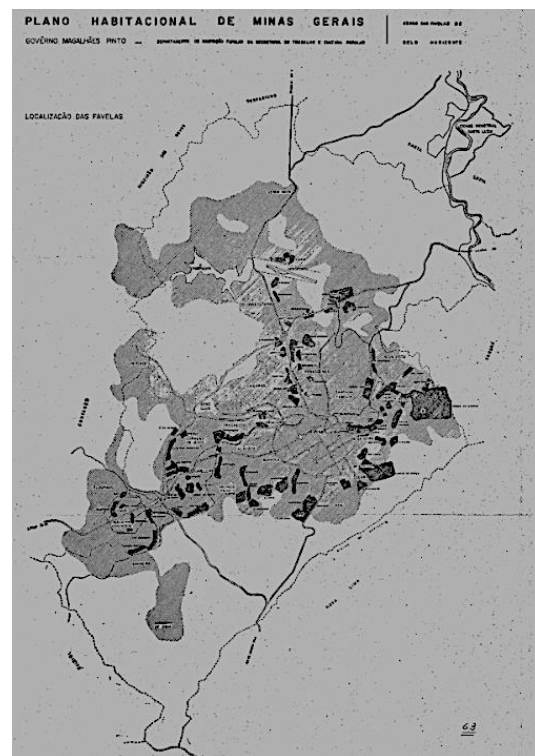


Figura 1. Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte, realizado pela SETCP em 1966. Em preto as manchas das áreas de favelas existentes, em hachura cinza a mancha urbana (fonte: SETCP, 1966)

A fim de reconhecer as vilas e favelas que se constituíram após o golpe, tem-se como marco temporal o levantamento da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular (SETCP), realizado entre 1965 e 1966 (ver Figura 1). Com base nesse, buscou-se reconhecer novas vilas e favelas nos levantamentos cartográficos de 1972,

1979 e 1989. A análise da morfogênese da Vila Cafezal e da Vila Cemig contou também com a análise de fotos aéreas de 1953, 1967 e 1981, levantamentos realizados pelo Prodecem e pelo Plambel no início dos anos 1980 (PLAMBEL, 1983b) e as edições do *Jornal da Comunidade*, organizado no ano de 1980 para divulgar as ações da Secretaria Estadual do Trabalho e da Assistência Social.

Favelas sob a política de desfavelamento

A política habitacional alterou-se rapidamente entre o período populista e a instauração do golpe. Encerrado o mandato do último prefeito eleito em Belo Horizonte, Jorge Caronte (1963-65), o prefeito nomeado Oswaldo Pierucetti (1965-1967) iniciou o dismantelamento do antigo Departamento de Bairros Populares (DBP) – órgão municipal de administração indireta criado em 1955 para construção de moradias sociais. Como parte da intervenção realizada neste departamento, instituiu-se, em dezembro de 1965, a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços com o fim específico de efetuar o desfavelamento na capital do estado (Belo Horizonte, 1965). Caberia à gestão seguinte, a de Luís Gonzaga de Sousa Lima (1967-1971), a extinção completa deste órgão. Em 1971, criou-se um órgão para substituí-lo, a Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), que tinha como um de seus principais objetivos a “execução de um programa continuado de desfavelamento a curto, médio e longo prazo” (Belo Horizonte, 1971). Ao contrário do DBP, cuja atividade-fim era a construção de moradias para reassentamentos, a atuação da CHISBEL era focada apenas na remoção de favelas mediante pagamento de indenizações às famílias removidas. Comparando a atuação da Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços no DBP com a do novo órgão municipal, a imprensa local destacava que “a Chisbel removeu, nos seus primeiros seis meses de existência, mais famílias do que o fizera o Departamento de Bairros Populares ao longo de seus cinco anos de atuação [sob o governo militar]” (Conti, 2004, p.190).

A despeito de tamanha eficiência na repressão e erradicação de favelas,

comparando-se os levantamentos realizados por órgãos estaduais, entre 1966 e 1981 o número de favelas em Belo Horizonte cresceu ao invés de reduzir. Entre 1960 e 1970, Belo Horizonte recebeu um grande contingente de migrantes, passando de seiscentos e oitenta e quatro mil para um milhão duzentos e cinquenta mil habitantes (IBGE, 1960 e 1970). O ritmo de crescimento populacional diminuiu da década seguinte, mas ainda se mantém elevado, chegando a um milhão e oitocentos mil em 1980.



Figura 2. Áreas ocupadas por favelas no Aglomerado Metropolitano da RMBH – 1981 (detalhe da área relativa ao município de Belo Horizonte). Manchas de áreas faveladas destacadas em preto no mapa (fonte: PLAMBEL, 1983a)

O Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte de 1966 (Figura 1) apontava a existência de setenta e nove favelas (SETCP, 1966). Já o inventário realizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL)³ identificou na capital de Minas Gerais cento e dezessete manchas faveladas nas fotografias aéreas em escala 1:30.000 no voo de 1980⁴ – ver Figura 2 (PLAMBEL, 1983a). Em 1984, por meio do Decreto 4845 de 1984 que regulamentou a implementação da Lei do Profavela, foram reconhecidas como Setor Especial 4 (SE4) cento e quarenta e quatro áreas faveladas⁵ de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1984).

Vilas Cafezal e Cemig na estrutura fundiária existente

A análise da sequência de levantamentos cartográficos realizados em 1972, 1979 e 1989 permitiu situar temporalmente e contextualmente o surgimento das favelas cuja formação é escrutinada neste artigo. Ambas as vilas estudadas neste artigo não constam no levantamento concluído em 1966 (ver Figura 1). Contudo, foi possível reconhecer a Vila Cemig no levantamento de 1972 e a Vila Cafezal em 1979.

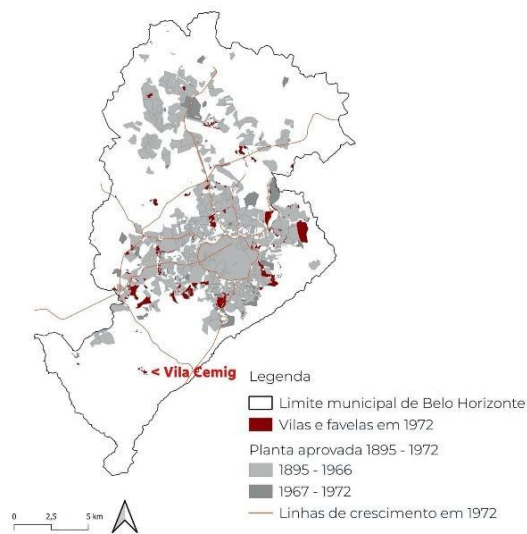


Figura 3. Áreas ocupadas por favelas e loteamentos aprovados em Belo Horizonte em 1972 (fonte: elaborado pelos autores)

Para além da identificação das manchas faveladas em cada um dos anos supracitados, realizou-se também a sistematização em um banco de dados georreferenciado de todos os loteamentos aprovados em Belo Horizonte, permitindo compreender a relação dos assentamentos informais e a estrutura fundiária em que se inserem. O contraste entre os mapas de parcelamentos, os dados de mancha urbana – disponíveis para os anos de 1966 e 1977 – e a leitura das principais linhas de crescimento (Panerai et al., 1999) possibilitou o reconhecimento de diferentes formas de acesso à terra – parcelamentos com títulos de propriedade plena, loteamentos irregulares e assentamentos informais.

No mapa que considera a relação entre as vilas e favelas e os parcelamentos aprovados até 1972 em Belo Horizonte (ver Figura 3), observa-se que a maior parte dos

assentamentos informais existentes se situa nas franjas da terra loteada. A Vila Cemig destaca-se neste mapa por estar situada em uma área em que não havia nenhum loteamento aprovado circundante. A mancha urbana de 1966, contudo, revela que já se tratava de uma já terra ocupada, na qual a Vila Cemig constitui a única favela (ver Figura 4). O contraste entre estes dois mapas revela um aspecto importante sobre a Vila Cemig: trata-se de uma ocupação informal situada em um entorno de loteamentos irregulares. Ou seja, ainda que possam ser resultado de processos de ocupação distintos – compra de lotes sem registro ou acesso à terra por meio da posse –, a inexistência da titulação plena das parcelas era padrão no entorno no momento de sua formação inicial. No mapa de 1979, vemos que a situação em relação a propriedade muda (ver Figura 5) para o entorno da vila Cemig com a aprovação dos loteamentos de seu entorno.

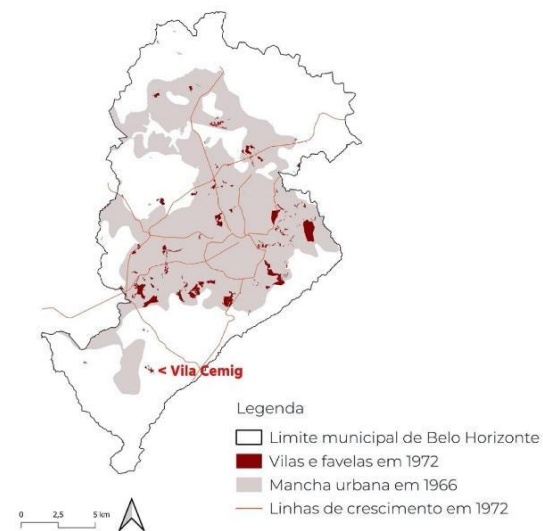


Figura 4. Áreas ocupadas por favelas em 1972 e mancha urbana de Belo Horizonte em 1966 (fonte: elaborado pelos autores)

No outro extremo da cidade, junto à mancha urbana já consolidada e em áreas em que já não se verificam novos parcelamentos, surge a Vila Cafezal em 1979 (ver Figuras 5 e 6). Inserida de forma contígua a favelas que datam desde a primeira metade do século vinte (Teulière, 1955; Guimarães, 1991), estima-se que a Vila Cafezal tenha iniciado seu processo de ocupação em algum momento em meados dos anos 1970⁸. Considerando sua inserção na estrutura fundiária, não seria descabido supor que sua

ocupação tenha se dado como uma expansão das vilas preexistentes.

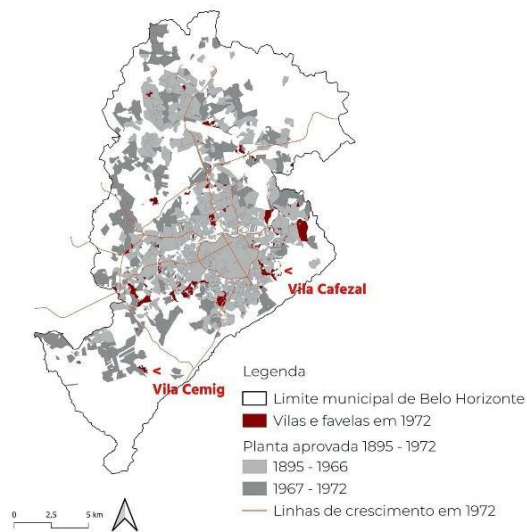


Figura 5. Áreas ocupadas por favelas e loteamentos aprovados em Belo Horizonte em 1979 (fonte: elaborado pelos autores)

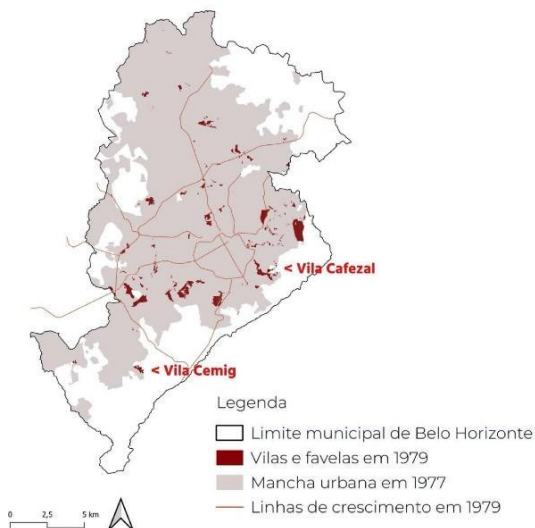


Figura 6. Áreas ocupadas por favelas em 1979 e mancha urbana de Belo Horizonte em 1977 (fonte: elaborado pelos autores)

Vila Cafezal

Os indícios do que futuramente se tornaria uma das rotas matrizes da Vila Cafezal são passíveis de serem identificados já nas fotografias aéreas de 1953. Junto às encostas íngremes que definem o fundo de vale do Córrego da Serra, margeado pela rua do Ouro (Figura 7) – linha de crescimento que organizou a primeira expansão à sudeste – uma sequência de favelas se estabeleceu a partir da Avenida do Contorno, limite do plano Aarão Reis: Vila Nossa Senhora da Aparecida, Vila Nossa Senhora da

Conceição e Vila Marçola (Figura 7). Em meio às trilhas que vinculavam estes assentamentos informais aos bairros adjacentes, observa-se uma em específica, que conectava a Vila Marçola ao bairro Santa Efigênia (Figura 8). Essa virá a se tornar uma das rotas matrizes da vila Cafezal.

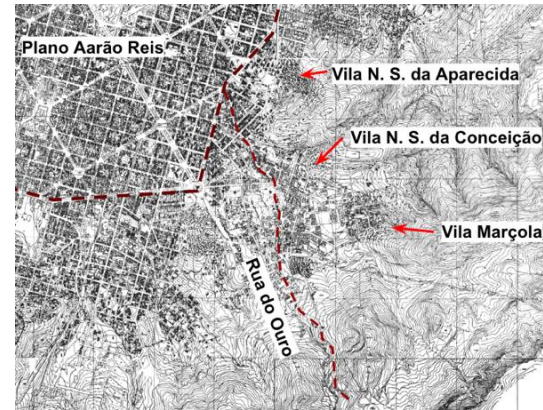


Figura 7. Antes da Vila Cafezal. Destaque para as favelas já existentes no levantamento cartográfico de 1953 (fonte: elaborado pelos autores sobre o levantamento de 1953)

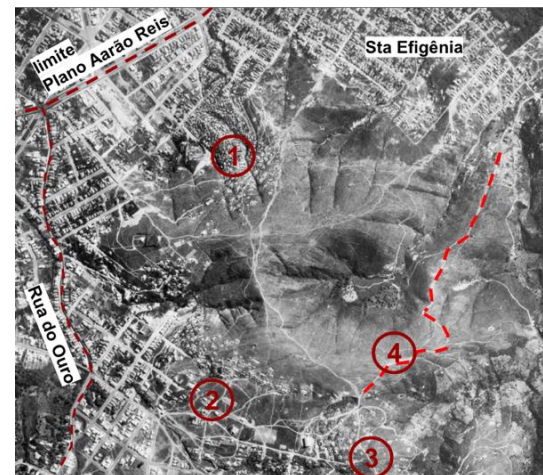


Figura 8. Trilhas existentes em 1953. Números destacados na imagem: (1) Vila Nossa Senhora da Aparecida; (2) Vila Nossa Senhora da Conceição; (3) Vila Marçola e (4) local da futura implantação da vila Cafezal. Destaque em vermelho para o caminho entre a Vila Marçola (3) e o Bairro Santa Efigênia que, posteriormente, se tornou uma das matrizes da Vila Cafezal (4) (fonte: elaborado pelos autores sobre o voo de 1953)

Em 1972, observa-se o surgimento de uma nova trilha, que vincula o campo de futebol da Vila Nossa Senhora da Conceição à Vila Nossa Senhora de Fátima, ainda em processo de ocupação (Figura 9). No cruzamento

entre estas duas rotas se daria a implantação do Cafezal em meados dos anos 1970.

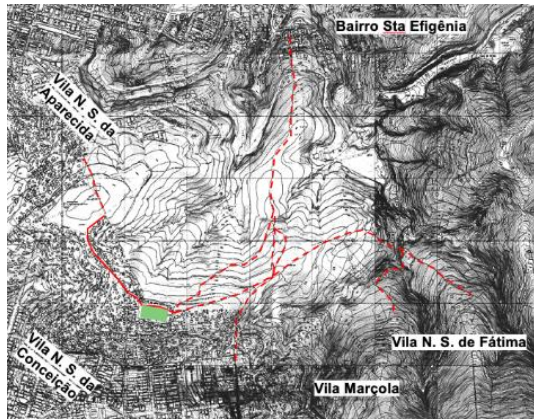


Figura 9. Trilhas existentes em 1972. Destaca-se em verde o campo de futebol da Vila Nossa Senhora da Conceição (fonte: elaborado pelos autores sobre o levantamento cartográfico de 1972)

É importante destacar que as vilas do entorno da Cafezal possuem um histórico de engajamento. As vilas Marçola, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Aparecida contaram com Uniões de Defesa Coletiva integradas à FTFBH no período anterior ao golpe⁹ e no momento de rearticulação da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) novas e antigas lideranças apareceram nestes territórios. Este é o caso de João Pio, que foi representante da UDC da Vila Marçola em 1963 (Barraco, 1963) e, vinte anos depois, foi presidente da UTP (FJP, 1992).

Analisando-se a constituição do tecido urbano da Cafezal, observa-se que em 1972 (Figura 10) a ocupação ainda é dispersa e de caráter rurbano (Freyre, 1982; Barcellos de Souza, 2009), sem indício de uma ocupação organizada. A existência de ocupação rural informal, em forma de pequenas chácaras, precedente à favela, foi identificada também por Le Ven (1972) no processo de formação da Vila União ou “Perrela”¹⁰, na Regional Leste de Belo Horizonte, e não parece ser uma característica distintiva da Cafezal. Deve-se atentar para o fato de os processos

descritos se darem em um momento de grande migração entre campo e cidade e que, não raro, a população recém-chegada busca encontrar fendas e adaptar no meio urbano suas práticas rurais.

Este cenário mudou em meados dos anos 1970, quando se iniciou a ocupação da gleba “como uma ação conjunta de amigos e conhecidos, na qual os residentes na região estabeleceram o plano de ocupação e fixação do posseiro” (PLAMBEL, 1983b, p.8). Segundo o relatório da Plambel, este processo teria sido organizado por “morador responsável pela escolha das pessoas que iriam ocupá-lo, dando nomes às ruas, doando lotes aqueles que se estabeleceram no início” (1983b, p.8). Ainda que não se tenha a certeza de quem seja este morador, José Patrocínio da Cruz, dirigente da Associação de Moradores da Vila a Nossa Senhora da Conceição¹¹, afirmava em 1980 ter auxiliado na organização das associações comunitárias da Cafezal e da Nossa Senhora de Fátima (Jornal da Comunidade, 1980b).

Observa-se, neste momento, para além do adensamento do que foi um aglomerado de chácaras, o surgimento de diversas novas rotas. As edificações planejadas foram preferencialmente implantadas paralelas à rota matriz, situada na cumeeira, evitando as acentuadas pendentes. As rotas de conexão, por outro lado, enfrentam grande declividade. Para além dessas, verifica-se a construção de uma primeira rota de reestruturação que contornava a chacara remanescente, diminuía a distância entre o trajeto matriz e edificações preexistentes, e permitiu uma nova frente de adensamento (ver Figura 11). A necessidade de contornar chácaras preexistentes indica que os processos descritos envolvem grupos sociais de origens distintas. Não se trata de um simples adensamento, mas sim da afluência de novos agentes que têm que negociar com os precedentes e se acomodar em suas brechas.

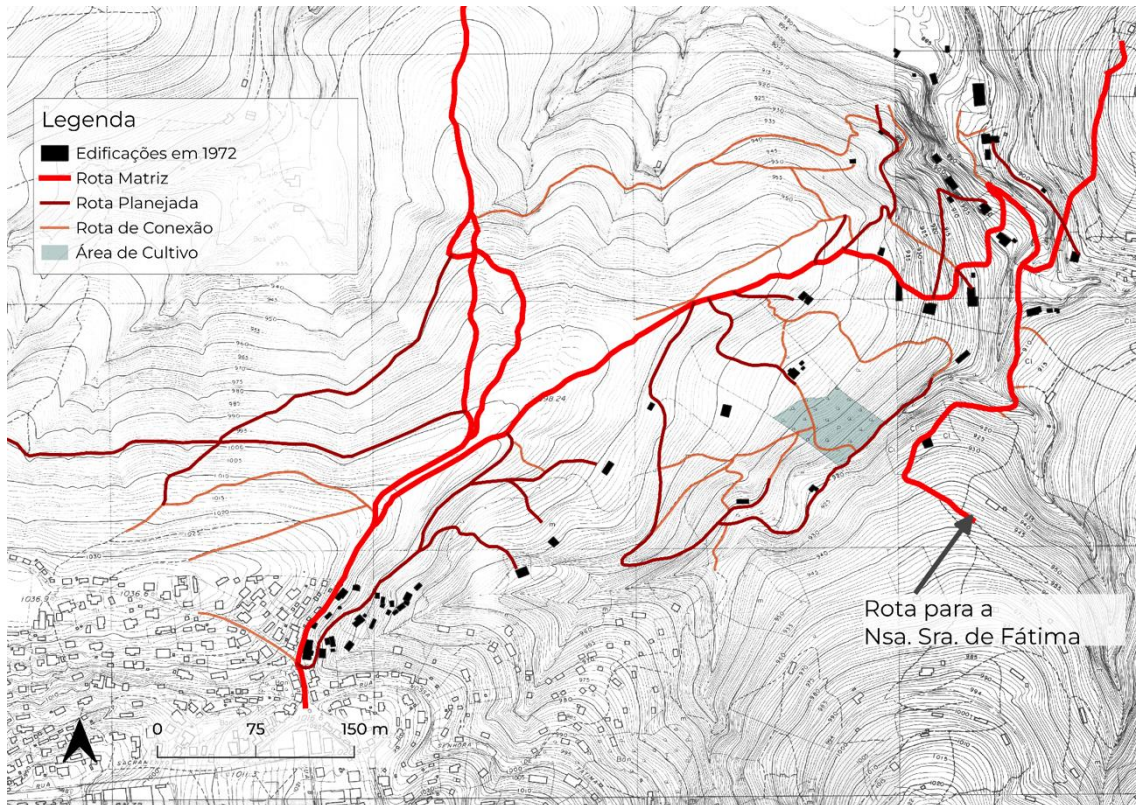


Figura 10. Vila Cafezal em 1972 (fonte: elaborado pelos autores sobre base do levantamento cartográfico de 1972)

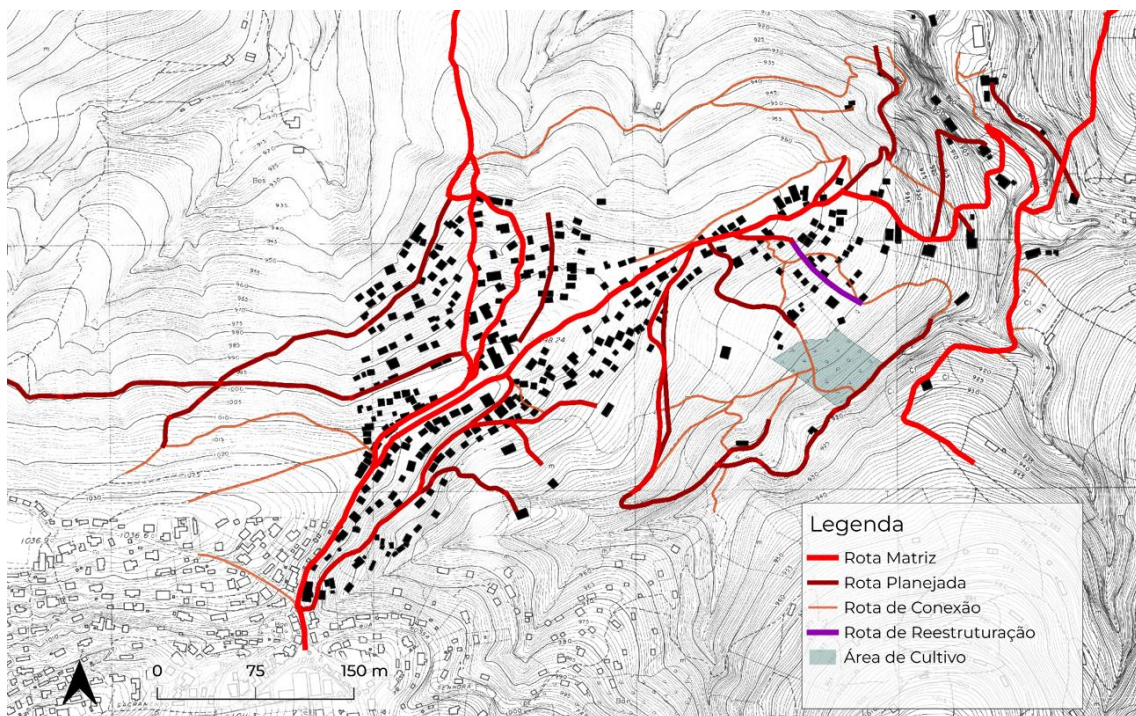


Figura 11. Vila Cafezal em 1979 (fonte: elaborado pelos autores sobre base do levantamento cartográfico de 1979)

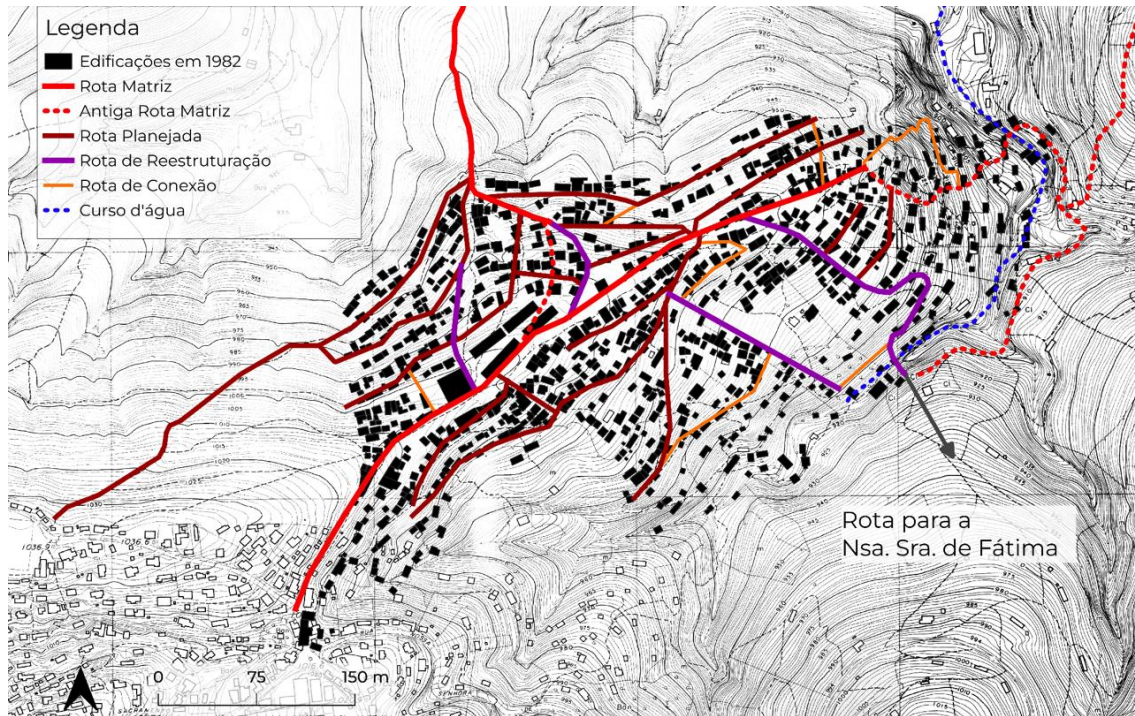


Figura 12. Vila Cafezal em 1982 (fonte: elaborado pelos autores sobre base do levantamento cartográfico de 1979 e PLAMBEL, 1983b)

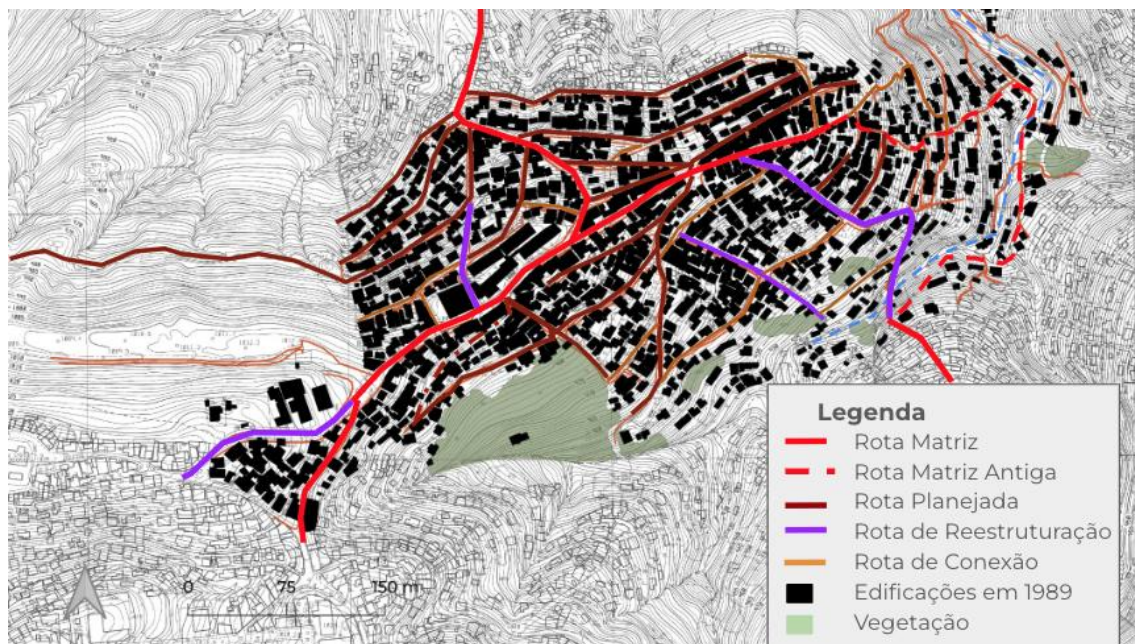


Figura 13. Vila Cafezal em 1989 (fonte: elaborado pelos autores sobre base do levantamento cartográfico de 1989)

Após a fundação da associação comunitária, em 1979, e sob a atuação do PRODECOM na vila (1979-1982), materializam-se as primeiras conquistas de equipamentos e infraestrutura: chafarizes e a escola são implantados (SPCG, 1982), as ruas Serenata e Cromática, correspondentes às rotas matrizes, são calçadas (Jornal da Comunidade, 1980c; SPCG, 1982). Para além das intervenções

realizadas em colaboração entre a associação de moradores e o PRODECOM, outras rotas de reestruturação são construídas pelos próprios moradores. Estas fortalecem o vínculo com a Vila Nossa Senhora de Fátima e com o fundo de vale do Córrego Cardoso – mais especificamente, o local em que as mulheres se encontravam para lavar a roupa (PLAMBEL, 1983b). O encurtamento das

distâncias promovido por este novo trajeto fez com que parte da antiga rota matriz que serpenteava a encosta para acessar o lado oposto do vale perdesse sua importância (ver Figura 12).

Ao longo dos anos 1980, verifica-se a consolidação do tecido urbano, com a implementação das obras de melhoria na infraestrutura, seu adensamento e o surgimento de novas rotas planejadas e de conexão (ver Figura 13)

Vila Cemig

A Vila Cemig situa-se em contexto muito distinto da Vila Cafezal. Localizada no então distrito Barreiro, longe da cidade planejada por Aarão Reis – porém a 3km distância da siderúrgica Mannesmann e a 5km da Cidade Industrial de Contagem, implantada no final dos anos 1940 – a ocupação desta favela se dá um contexto vinculado à população operária e de proximidade às atividades industriais (ver Figura 14).

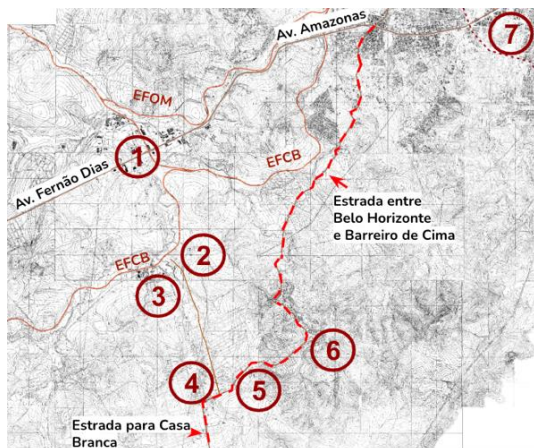


Figura 14. Antes da Vila Cemig. Principais vinculações da Regional do Barreiro em 1953: em laranja as ferrovias (EFCB e EFOM); em marrom, principais estradas; em tracejado vermelho, estrada rural que vinculava a localidade de Barreiro de Cima a Belo Horizonte. Números destacados na imagem: (1) Cidade Industrial (1941); (2) Siderúrgica Mannesmann (1955); (3) núcleo urbano Barreiro de Baixo; (4) núcleo urbano Barreiro de Cima; (5) Hospital Júlia Kubitschek (1957); (6) Hospital Eduardo Menezes (1954); (7) perímetro do Plano Aarão Reis (1987) (fonte: elaborado pelos autores sobre base do levantamento cartográfico de 1953)

Não obstante a distância superior a trinta minutos de caminhada entre a Vila Cemig e as principais empresas da região, Vicente da Cruz, vice-presidente de sua associação de

moradores em 1980, confirmava a proximidade da população local com a categoria dos industriários:

Aqui quase todo mundo trabalha na Mannesmann e na Magnesita [empresa localizada na Cidade Industrial de Contagem]. Outros são autônomos e fazem biscates: ajudante de pedreiro, etc. E as mulheres, na maioria, fazem limpeza, são diaristas, lavadeiras. Muitas são contratadas por uma firma de limpeza urbana. (Jornal da Comunidade, 1980d, p.3)

A estrutura fundiária local foi marcada pela forte presença do Estado. Ainda no final do século XIX, considerando a fertilidade das terras ali existentes, o governo do Estado decide comprar a antiga Fazenda do Barreiro e destiná-la à implantação Colônia Agrícola do Barreiro em 1895, para fins de produção de alimentos e abastecimento da nova capital (Aguar, 2006). Próximo à antiga estrada rural que vinculava a cidade planejada por Aarão Reis à localidade Casa Branca (distrito de Brumadinho), implantou-se em 1919, no local da antiga sede da Fazenda do Barreiro, a Casa de Descanso do Prefeito, oficialmente desativada somente em 1976 (Belo Horizonte, 1976). Em meados dos anos 1950, foram implantados na estrada dois hospitais – Júlia Kubitschek, em 1957, e o Eduardo Menezes, em 1954. Estes hospitais, somados às atividades industriais da Mannesmann, iniciadas em 1955, acabam atraindo o crescimento urbano junto ao núcleo nomeado Barreiro de Cima (ver Figura 14).

Ainda que as obras dos hospitais não estivessem concluídas em 1953, é possível observar – no levantamento aéreo deste ano – a presença de uma trilha que os vinculava. No cruzamento entre esta trilha e outra que vinculava a estrada rural à localidade de Olhos d'Água dar-se-ia, dez anos mais tarde, a morfogênese da Vila Cemig (ver Figura 15).

Após a implantação de uma subestação da companhia estadual de energia elétrica, tem-se, em meados dos anos 1960, a implantação de um loteamento precário, ainda não aprovado: o Flávio Marques. Por meio deste loteamento, a antiga trilha para Olhos d'Água passa a ser chamada de rua faisão.

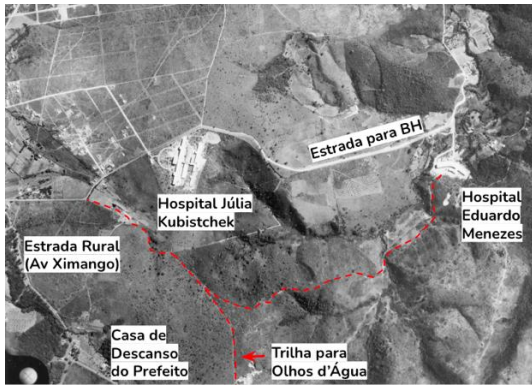


Figura 15. Antes da Vila Cemig. Trilhas de vinculação entre a estrada do Barreiro de Cima e Olhos d'Água e de conexão entre os hospitais (fonte: elaborado pelos autores sobre base na fotografia aérea de 1953)

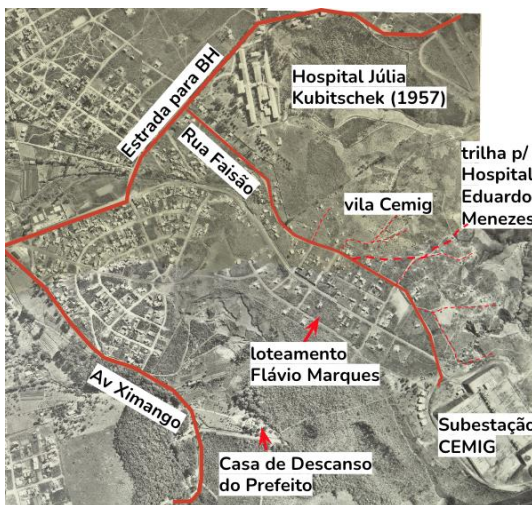


Figura 16. Morfogênese da Vila Cemig. Relação entre o surgimento da primeira ocupação da vila Cemig e o entorno imediato. (fonte: elaborado pelos autores sobre base na fotografia aérea de 1967)

Concomitante à edificação das primeiras casas neste loteamento, dá-se a primeira ocupação da gleba pertencente à Polícia Militar, embrião do que viria a ser a Vila Cemig. Em entrevista realizada com antigos moradores no

ano 2000, Juvercino Romano dos Santos, então morador mais antigo da vila, teria descoberto o terreno em 1962 ao jogar futebol em uma área próxima (CDM, 2001). Segundo estes relatos, “no começo, somente estes três moradores residiam na Vila, curiosamente em locais distantes um dos outros, pois o que determinava a fixação no local era a proximidade de água” (CDM, 2001, p.69).

A descrição dos primeiros residentes parece coincidir com o que se observa no voo de 1967: uma série de rotas planejadas conectam diretamente edificações dispersas à rua Faisão, rota matriz integrada ao loteamento precário. Não se observa ainda a organização de um tecido urbano, mas sim de um aglomerado rururbano, um conjunto de quatro agrupamentos de habitações aparentemente autônomos entre si (ver Figuras 16 e 17).

Em 1972, a repressão da Polícia Militar e tentativa de remoção das 40 famílias que ali estavam instaladas desencadeou um processo de resistência e seguido pela organização de uma nova ocupação. De acordo com o relato dos moradores, entre o final de 1972 e meados de 1973, houve um significativo acréscimo populacional – o número de famílias residentes quase dobrou (CDM, 2001).

Por meio do levantamento cartográfico de 1972, observa-se, neste momento, um maior adensamento na parte leste da Vila. Neste setor, constata-se a implantação de alterações no tecido que pressupõem a existência de uma organização coletiva: duas rotas de reestruturação e a conformação de um largo – a atual Praça do Cruzeiro, único espaço livre público da vila. O nome dado a uma destas rotas de reestruturação, Rua do Coletivo, reforça a hipótese da existência de um movimento organizado no momento de sua execução (ver Figura 18).

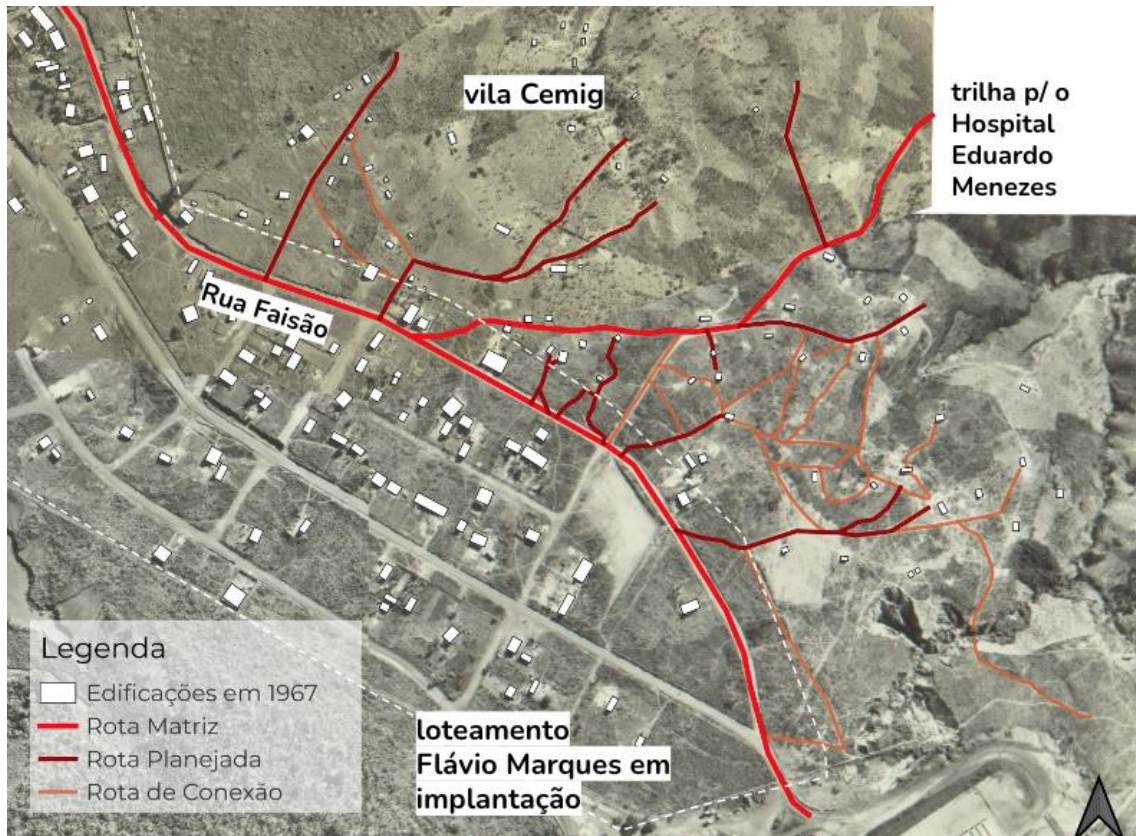


Figura 17. Vila Cemig em 1967. Observar a sobreposição entre as rotas planejadas e matrizes e o loteamento Flávio Marques - cujos limites da gleba original são destacados em linha branca tracejada (fonte: elaborado pelos autores sobre base na fotografia aérea de 1967)

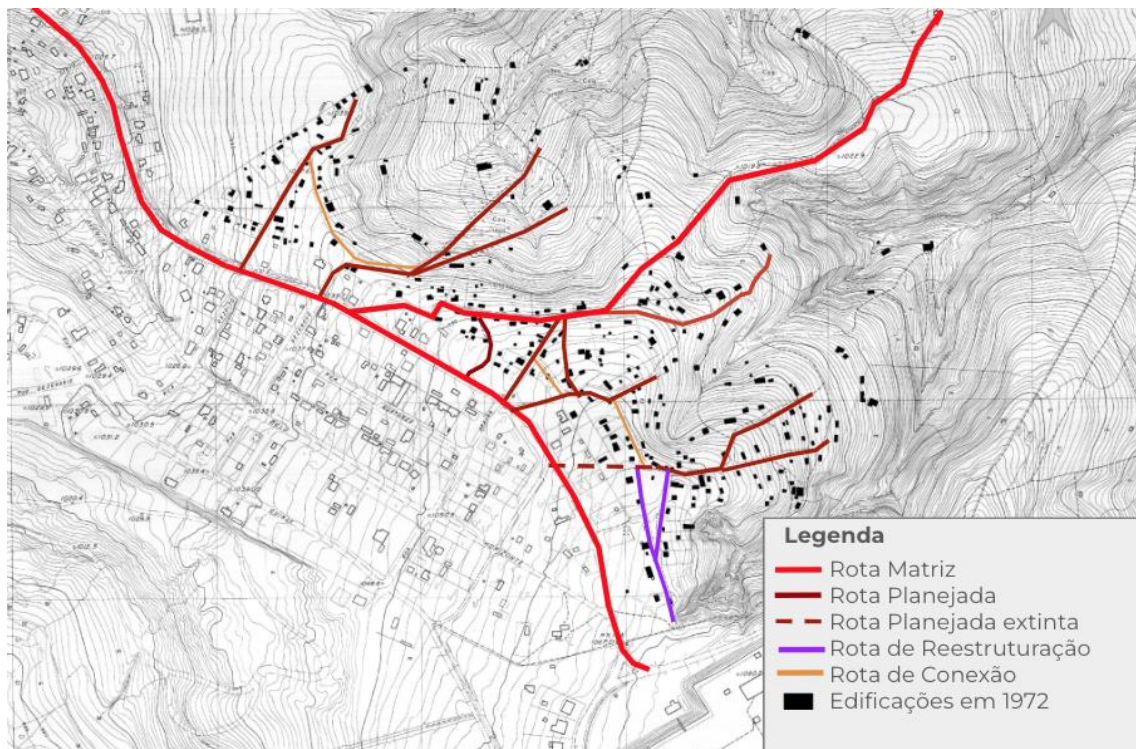


Figura 18. Vila Cemig em 1972 (fonte: elaborado pelos autores sobre base no levantamento cartográfico de 1972)

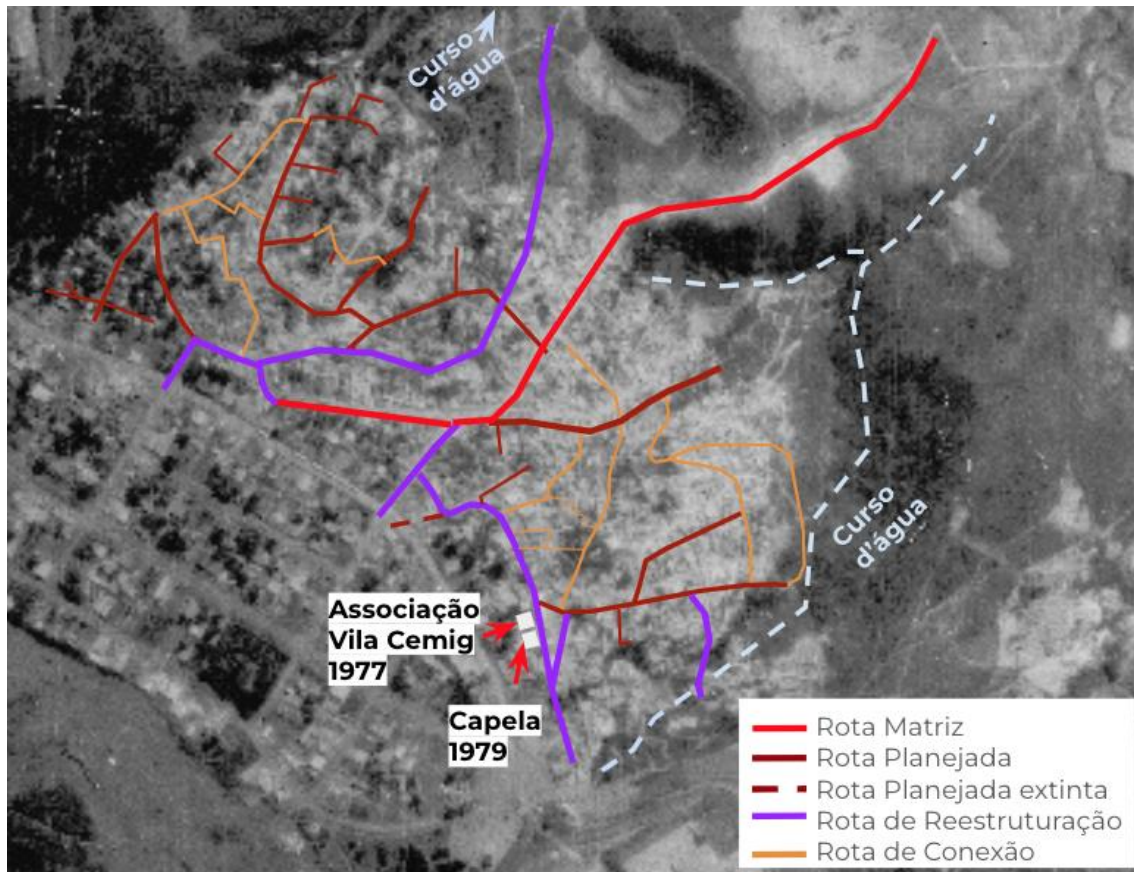


Figura 19. Vila Cemig em 1982 (fonte: elaborado pelos autores sobre base na fotografia aérea de 1981 e URBAL, 1982)

Verifica-se que a demanda de organização não se deve apenas à repressão militar ou mesmo à chegada de novos moradores. À medida que o loteamento Flávio Marques se consolida, as relações entre os adquirentes de lotes com títulos precários e os posseiros residentes na Vila Cemig parecem também se modificar. As antigas rotas planejadas que davam acesso aos agrupamentos rurbanos vão sendo, paulatinamente, modificadas pela consolidação da faixa de pertencimento da Rua Faisão. A supressão dos vínculos diretos entre as rotas planejadas da vila Cemig e a antiga matriz integrante ao loteamento força rearranjos no tecido urbano da favela, o que pode ter motivado a necessidade de reestruturação.

Este processo se potencializa após 1975, quando o loteamento Flávio Marques tem finalmente sua planta aprovada e suprime praticamente todos os vínculos entre a Vila Cemig e a rua Faisão. O antigo trajeto matriz perde sua relação com a vila e novas rotas de reestruturação organizam o tecido urbano e materializam a ação da comunidade agora organizada. Verifica-se que estas novas rotas

articulam os nós comunitários aos locais de acesso à água (ver Figura 19).

O registro oficial da Associação Pró-Melhoramentos Vila Cemig ocorreu em 1977, pouco tempo depois de um rumor de que a Polícia Militar iria remover a todos para a construção de uma cavalaria (Jornal da Comunidade, 1980e). Porém, segundo o padre que atendia a capela construída pela comunidade em 1979, o curso de alfabetização de adultos, implantado na favela em 1976, foi fator de organização e união dos moradores (Jornal da Comunidade, 1980e). Ratificando o aspecto simbólico da Praça do Cruzeiro, a capela e a sede da Associação Pró-Melhoramentos da Vila Cemig são implantados em seu entorno (ver Figura 19).

A existência de tal organização permitiu que a Vila Cemig fosse inserida no escopo de atuação do PRODECOM¹² e que se tornasse, após a aprovação da Lei do PROFAVELA, em 1983, e de sua regulamentação em 1984, a primeira favela a receber títulos individuais de propriedade em Belo Horizonte. Por meio do Decreto 4748 de agosto de 1984, a planta de

parcelamento foi aprovada e os Títulos de Legitimação de Lote Urbano Edificado foram emitidos pela Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário, que ainda era a responsável legal da terra (PLAMBEL, 1984). Para além do direito de

propriedade plena, ao longo dos anos 1980 tem-se a implementação das conquistas da comunidade: a chegada de infraestrutura urbana e a implantação da escola (ver Figura 20).

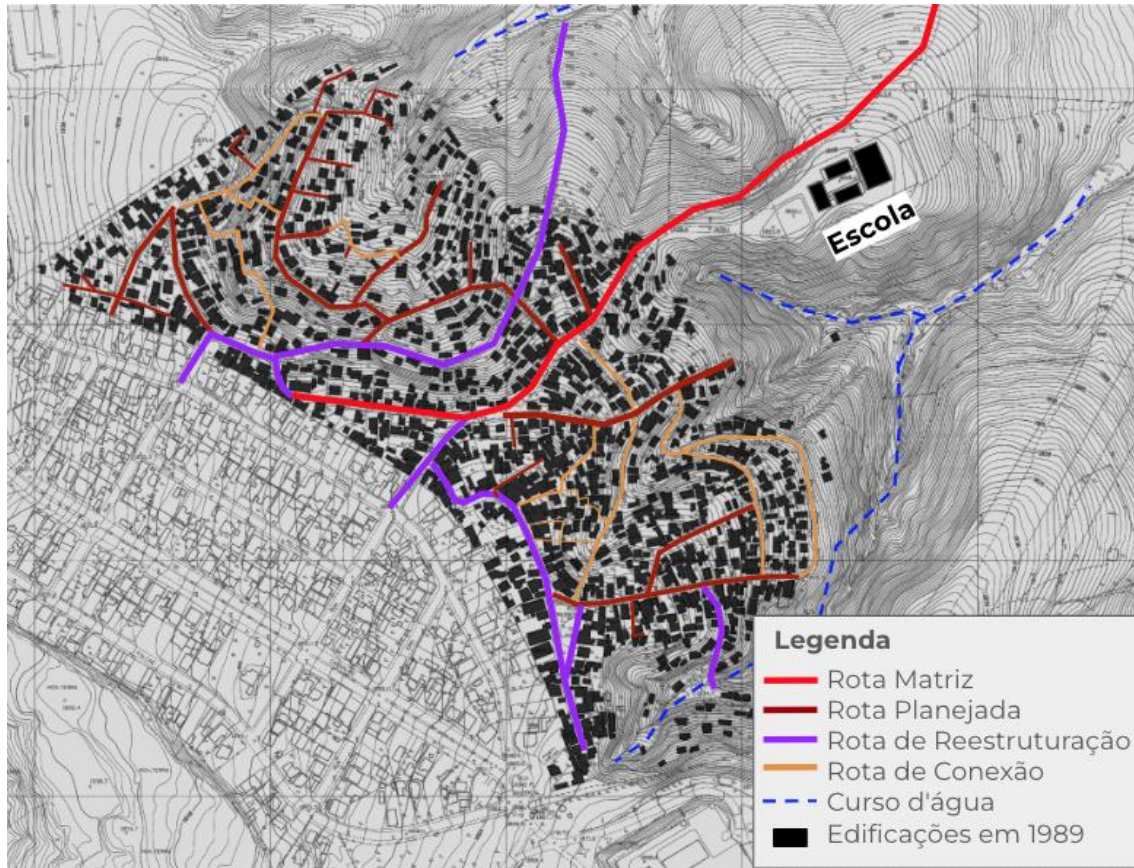


Figura 20. Vila Cemig em 1989 (fonte: elaborado pelos autores sobre base no levantamento cartográfico de 1989)

Considerações finais

Ao cotejar a evolução inicial dos tecidos urbanos das duas favelas analisadas neste artigo, observam-se tanto elementos que as aproximam, como aqueles que divergem significativamente. Em ambos os casos analisados a morfogênese se dá no cruzamento de rotas matrizes, situadas nas cotas mais elevadas. Verifica-se, na sequência, a rápida ocupação da gleba original – de dimensões semelhantes, dezessete e dezoito hectares. O adensamento inicial ocorre nos declives mais suaves e, sucessivamente, nas encostas íngremes para acessar as fontes de água. Nos anos subsequentes à ocupação ocorre o registro de suas respectivas associações comunitárias. Não obstante, este conjunto de características semelhantes, a situação urbana

e a relação com as preexistências, não poderia ser mais oposta: uma junto ao núcleo urbano consolidado e contígua a três favelas que precedem o regime militar, a outra como exceção em uma área de expansão urbana marcada por loteamentos irregulares.

Ainda que a análise comparativa permita situar o fenômeno em um contexto mais amplo, é preciso observar com cuidado os pormenores mais negligenciáveis, como nos ensina Ginzburg (1989), visto que é neles que podemos encontrar testemunhos dos diferentes agentes envolvidos na construção destes assentamentos informais. A análise da evolução do tecido urbano e a caracterização de suas rotas permitiu-nos reconhecer traços do que poderia indicar momentos de organização comunitária. O surgimento de

rotas de reestruturação marca a ruptura com as regras e padrões anteriores, pois estas sobrepõem-se dialeticamente à estrutura preexistente para “união direta entre polaridades anteriores ou adicionadas” que não eram contempladas pelo trajeto matriz (Cannigia e Maffei, 1995). Nos casos analisados, observa-se uma clara diferença entre as lógicas subjacentes de rotas de reestruturação executadas por meio da atuação do PRODECOM e aquelas sem registro de autoria – e, presumivelmente, autoconstruídas pela população. Enquanto as primeiras suavizavam as declividades de percursos pré-existent, facilitando o acesso a veículos automotivos, as segundas encurtavam o caminho entre os nós comunitários e os locais de acesso à água, enfrentando, frequentemente, locais de topografia com declividade acentuada.

O fato de estas rotas serem autoconstruídas pela própria comunidade assume particular relevância para esta pesquisa. A viabilização de reestruturações geralmente está vinculada à atuação de algum poder instituído sobre o território, seja o Estado, a Igreja ou alguma outra forma de domínio (Bourillon e Jaquand, 2022). A autogestão na execução de transformações no tecido urbano constitui, portanto, um forte indício da existência de uma organização na ocupação. Nos casos analisados, esta suposição pode ser confirmada por meio de fontes impressas diversas – relatórios, textos do *Jornal Comunitário* e outros – que demonstraram a sincronicidade entre o surgimento destas rotas de reestruturação e ações de fortalecimento e associativismo comunitário.

O estudo destes dois casos permite, por conseguinte, identificar pistas para dar continuidade na investigação sobre favelas construídas sob os anos de maior repressão do regime militar. Para a maior parte das quarenta e seis favelas que surgiram entre 1966 e 1983, não há fonte secundária ou primária a recorrer. Por um lado, não tiveram o privilégio de contar com registros precoces de suas lideranças e de seus processos de ocupação nos documentos produzidos pelo PRODECOM e pela PLAMBEL – como a Cafezal e a Cemig –, por outro, os agentes responsáveis pela ocupação inicial ou já faleceram ou estão em uma idade demasiadamente avançada. Verifica-se,

portanto, que a forma urbana constitui um dos poucos testemunhos remanescentes. A análise da formação do tecido urbano, com uma atenção especial aos detalhes destoantes, possibilita, por conseguinte, um robusto instrumento para revelar indícios de diferentes formas de associativismo e de organizações populares na construção de assentamentos informais.

Notas

¹ A primeira Associação de Defesa Coletiva foi fundada com o auxílio do Padre Lage na Vila Marmiteiros em 1949, então a maior favela de Belo Horizonte, como forma de resistência a ações de despejos (LAGE, 1988). Padre Lage era então ligado à Ação Católica e à Juventude Operária Católica.

² O Barraco foi o boletim oficial da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (1959-1964) que circulou na capital mineira entre 1962 e 1964. Ainda que seus primeiros números tenham sido veiculados de forma independente, logo passou a ser incorporado em frequência aproximadamente quinzenal no semanário Binômio.

³ Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) foi primeira instituição de Planejamento Metropolitano criada em Minas Gerais, por meio da Lei complementar federal nº 14 de 1973.

⁴ O levantamento em questão tinha como escopo a realização de um inventário das favelas no aglomerado metropolitano e se insere no contexto da abertura política, momento em que sob o recrudescimento das pressões populares, o governo do Estado resolve contribuir para apresentar uma solução alternativa às políticas de desfavelamento que vigoravam até então. Para além do reconhecimento das manchas faveladas em fotografia aérea, foi realizada também a conferência in loco (PLAMBEL, 1983a).

⁵ Muitas favelas foram divididas em mais de um setor especial quatro no texto do decreto. Por conseguinte, as 144 áreas faveladas do Decreto 4845 de 1984 correspondem a 94 favelas.

⁶ Georreferenciamento do levantamento da SETCP (1966) realizado pela equipe do

Laboratório da Paisagem da Escola de Arquitetura da UFMG.

⁷ Dados georreferenciados pela Prodabel, disponível em <https://bhmap.pbh.gov.br/>.

⁸ Data estimada por meio da comparação entre os mapas de levantamento cartográfico, visto que inexistiu no levantamento de 1972 e observa-se sua manifestação em 1979.

⁹ Antônio Rodrigues Neto era o presidente da UDC da Vila da Conceição (DOPS, Pasta 0121, p. 16-A); Francisco Braz do Amaral foi dirigente da UDC Vila Marçola (DOPS, Pasta 0121, 16-A); José Dias foi presidente da UDC Nossa Senhora da Conceição (DOPS, Pasta 0121, 16-A).

¹⁰ Parte significativa desta favela foi removida e em seu lugar foi edificado o atual Boulevard Shopping de Belo Horizonte.

¹¹ É curioso perceber como no discurso das lideranças locais não há ruptura entre a FTFBH e a UTP. José Patrocínio da Cruz afirma em 1980 que está a frente da associação dos moradores há cerca de dezenove anos, ou seja, desde 1961, quando havia no local uma UDC e muitos anos antes de a Sociedade Beneficente da Nossa Senhora da Conceição ter sido registrada em cartório (Jornal da Comunidade, 1980f).

¹² O ajardinamento da Praça do Cruzeiro e calçamento das vias principais foram as demandas da comunidade executadas pelo PRODECOM (Jornal da Comunidade, 1980g).

Agradecimentos

Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento do projeto APQ-02298-23 por meio do Edital Demanda Universal de 2023 e aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e da Fundação João Pinheiro.

Referências

Aguiar, T. F. R. (2006) “Vastos Subúrbios da Nova Capital. Formação do Espaço da Primeira Periferia de Belo Horizonte”, Tese de Doutorado não publicada, UFMG, Belo Horizonte.

Barcellos de Souza, G. (2009) “Paisagens rurbanas: a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços

públicos de sedes de Municípios rurais. Um estudo de caso”, *Sociedade e Natureza*, 21 (2): 181-192.

Barraco (1963) “Nova diretoria e drama da água”, *Binômio*, 11 de mar, 14.

Belo Horizonte (1965) *Decreto nº 1369, de 7 de dezembro de 1965. Cria a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços para superintender as providências relativas ao problema de desfavelamento de áreas e logradouros públicos da capital*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/>.

Belo Horizonte (1971) *Lei nº 1996 de 22 de setembro de 1971. Cria a Coordenação Da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte - CHISBEL -, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/>.

Belo Horizonte (1976) *Decreto nº 2939, de 27 de setembro de 1976. Transforma em reserva biológica o parque municipal da vila Betânia e o Horto municipal, com parque municipal e contém outras disposições*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/>.

Bourillon, F. e Jaquand, C. (eds) 2022, *La parcelle dans tous ses états* (Presses Universitaire de Rennes, Rennes).

Castex, J (1995) “Histoire de la forme Urbaine”, in Castex, J; Cohen, J-L e Depaule, J.C. (eds) *Histoire urbaine, anthropologie de l'espace* (CNRS Editions, Paris).

Caniggia, G. e Maffei, G. L. (1995) *Tipología de la Edificación. Estructura del Espacio Antrópico* (Celeste Ediciones, Madri).

Capanni, S. F. (1990) *Un Approccio al Problema degli insediamenti urbani marginali: Il caso di Belo Horizonte*. Monografia de Trabalho de conclusão de curso não publicada, Instituto Universitario di Architettura di Venezia, Veneza.

CDM - Cooperação para o Desenvolvimento da Moradia Humana (2001) *Plano Global Específico Vila Cemig. Levantamento de Dados, Mapas. Segunda Etapa*, Relatório Técnico não publicado, URBEL, Belo Horizonte.

Conti, A. (2004) “A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o

- Plano Global Específico”, *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 11(12), 189-216.
- Estado de Minas (1962) “Milhares de Trabalhadores na Reunião Inaugural do Congresso”, 29 de abril de 1962, 4.
- FJP - Fundação João Pinheiro (1992) *Pesquisa de Saneamento Básico, Ambiental e Saúde Pública: Avaliação do Prodecem*. Relatório técnico não publicado, FJP, Belo Horizonte.
- Freyre, G. (1982) *Rurbanização: Que é?* (Massangana, Recife).
- Ginzburg, C. (1989) *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história* (Companhia das Letras, São Paulo).
- Guimarães, B. M. (1991) *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Jornal Comunidade (1980a) “União dos Trabalhadores da Periferia”, setembro, 1(4), 3.
- Jornal Comunidade (1980b) “Nessa Vila, o projeto é abertura de ruas”, novembro, 1(6), 2.
- Jornal da Comunidade (1980c) “Cafezal já é um fato”, setembro, 1(4), 1.
- Jornal da Comunidade (1980d) “Como o povo foi tomando conta da vila”, agosto 1(3), 3.
- Jornal da Comunidade (1980e) “Assim começou a Comunidade”, agosto, 1(3), 1.
- Jornal da Comunidade (1980f) “Muita animação na Vila Cemig, novembro, 1(6), 2.
- Jornal da Comunidade (1980g) “Prodecem Participa junto com a Comunidade”, agosto 1(3), 1.
- Lage, F. (1988) *O padre do diabo. A igreja ausente na hora da mudar* (EMW Editores, Rio de Janeiro).
- Le Ven, M-M. (1972) “Cenário da Pesquisa. Descrição de 6 Favelas e 4 Bairros Periféricos em Belo Horizonte” in Pereira, L e Pinto, M. C. (eds) *Estratégias de sobrevivência e organização social das famílias de classe baixa no meio urbano: estudo de 6 favelas e 4 bairros populares de Belo Horizonte*, Relatório de pesquisa não publicado, UFMG Belo Horizonte.
- Muratori, S. (1959) *Studi per una Storia Operanti di Venezia* (Istituto Poligrafico dello Stato, Roma).
- Oliveira, S. S. R. (2014) “*Trabalhadores favelados*”: *Identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
- Oliveira, S. S. R. (2010) *O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964)* (E-papers, Rio de Janeiro).
- Panerai, P.; Depaule, J-C. e Demorgon, M. (1990) *Analyse Urbaine* (Parenthèses, Paris).
- PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1983a) *Favelas na RMBH*, Relatório Técnico não publicado, FJP, Belo Horizonte.
- PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1983b) *Favelas na RMBH. Belo Horizonte: favelas em Belo Horizonte estudo de caso*, Relatório Técnico não publicado, FJP, Belo Horizonte.
- PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1984) *Favelas na RMBH. Belo Horizonte. Regularização Jurídico-Urbanística de Favelas*, Relatório Técnico não publicado, FJP, Belo Horizonte.
- Pereira Costa, S. A e Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de morfologia urbana (C/Arte*, Belo Horizonte).
- SETCP - Secretaria Estadual do Trabalho e Cultura Popular (1966) *Departamento de Habitação Popular. Levantamento da população favelada de Belo Horizonte: dados preliminares* (Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- SPCG - Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral (1982) *Programa de Desenvolvimento de Comunidades. Três anos de Atividades* (Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Somarriva, M. M.; Valadares, M. G. e Afonso, M. R. (1984) *Lutas Urbanas em Belo Horizonte* (Vozes, Belo Horizonte).
- Teulières, R. (1955) “Bidonvilles du Brésil, les javelles de Belo-Horizonte” *Cahiers d'outre-mer*, 8(29), 30-55.

URBAL - Urbanização e Administração
(1982) *Levantamento Topográfico da Vila*

CEMIG, Planta de levantamento topográfico,
PRODECOM/PLAMBEL, Belo Horizonte.

Challenging the shadows: the morphogenesis of two favelas in Belo Horizonte, 1967-1982

Abstract. *This article analyzes the morphogenesis of two large favelas in Belo Horizonte that emerged between 1967 and 1979 in order to uncover clues that may allow us to understand the forms of organization that were established to new slum settlements during the period of Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). Two distinct cases are analyzed: Vila Cemig, whose initial occupation occurred in the late 1960s, on an 18-hectare plot of land that belonged to the Tiradentes Foundation (Military Police), and Vila Cafezal, which emerged after 1972 on a 17-hectare plot of land remaining from the former Bias Fortes Agricultural Colony. The article's approach considers morphogenesis both in terms of the constitution of the urban fabric – main, planned and connecting routes – and in terms of its relationship with the land structure and the urban structure in general. It is concluded that both reveal signs of different forms of associationism and popular organizations that managed to transcend military repression and slum clearance policies.*

Keywords. *Morphogenesis, Favelas, Informal Fabrics, Organized Occupations, Urban History.*

Editores responsáveis pela submissão: Ana Claudia Cardoso, Kamila Oliveira e Alberto Lima

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

